

Saúde Mental em [con]Texto: oficinas terapêuticas e a formação de profissionais-cidadãos

Adrielle Beze Peixoto¹
 Ana Luísa Lopes Cabral²
 Bárbara Naves dos Santos³
 Fernando Figueiredo dos Santos Reis⁴
 Jéssica Batista Araújo⁵
 Joicy Mara Rezende Rolindo⁶
 Luciano da Ressurreição dos Santos⁷
 Máriam Hanna Daccache⁸
 Regiane Janaína Silva Menezes⁹
 Tiago Meireles do Carmo Morais¹⁰

RESUMO

O seguinte artigo tem como objetivo fomentar as discussões acerca da responsabilidade da universidade frente à construção e efetivação das políticas públicas, assim como a formação do profissional da psicologia para atuação neste campo. Para tal, utilizaremos como metodologia o relato de experiência trazendo um projeto desenvolvido na disciplina de clínica em saúde II, do curso de psicologia da Universidade Evangélica de Goiás. O projeto foi desenvolvido em parceria com a rede municipal de saúde mental e dividido em três etapas. O primeiro momento foi de aproximação dos discentes aos serviços da Rede de Atenção Psicossocial e equipes, seguido pela realização de oficinas terapêuticas e finalizado com a produção de um jornal da saúde mental a partir das ações desenvolvidas. A inserção da psicologia nas políticas públicas demandou uma transformação da práxis psicológica, reinventando-se tanto teoricamente quanto em ações. A atuação desse profissional nas políticas públicas deve ser direcionada pela noção de reabilitação psicossocial, que tem nas oficinas terapêuticas importante ferramenta. A formação universitária deve proporcionar a construção de um conhecimento ativo e crítico, de modo a instrumentalizar o discente para uma prática emancipatória alinhada às propostas do SUS.

PALAVRAS-CHAVE

Formação universitária. Políticas públicas. Reabilitação psicossocial

INTRODUÇÃO

A VIII Conferência Nacional de Saúde foi um marco no desenvolvimento das políticas de saúde país. O relatório final desse evento inspirou o capítulo dedicado à saúde da Constituição Federal promulgada em 1988, que posteriormente, desdobrou-se nas leis orgânicas de saúde. Desde 1988 a saúde passa a ser considerada condição fundamental de cidadania, sendo direito dos cidadãos e dever do Estado (Paim, 2009).

¹M.e Adrielle Beze Peixoto. Curso de Psicologia da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA adrielle.peixoto@unievangelica.edu.br. ²M.e Ana Luísa Lopes Cabral. Curso de Psicologia da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA ana.cabral.@docente.unievangelica.edu.br.

³M.e Bárbara Naves dos Santos. Curso de Psicologia da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA barbarapsiufg@gmail.com;

⁴M.e Fernando Figueiredo dos Santos Reis. Curso de Psicologia da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA reisffs@gmail.com

⁵M.e Jéssica Batista Araújo. Curso de Psicologia da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA jeh.b.araujo@gmail.com

⁶M.e Joicy Mara Rezende Rolindo. Curso de Psicologia da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA joicy.rolindo@uol.com ⁷Dr Luciano da Ressurreição dos Santos. Curso de Psicologia da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA lucianoxr@gmail.com .

⁸M.e Máriam Hanna Daccache. Curso de Psicologia da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA mariam.daccache@unievangelica.edu.br.

⁹Regiane Janaína Silva Menezes. Curso de Psicologia da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA regianejmenezes@gmail.com.

¹⁰M.e Tiago Meireles do Carmo Morais. Curso de Psicologia da Universidade Evangélica de Anápolis - UniEVANGÉLICA tiago_meireles@hotmail.com

Resultado dos movimentos promovidos pela Reforma Sanitária, a institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS) reorganizou os serviços de saúde, pautando-se na construção de uma sociedade com valores solidários e democráticos. Direcionados pelos princípios da universalidade, equidade e integralidade, estruturou-se uma rede de saúde descentralizada e regionalizada, distribuída em três níveis de atenção. As ações de promoção de saúde ganham lugar privilegiado (Paim, 2009).

Ambos os movimentos reformistas sanitário e psiquiátrico, ao mesmo tempo que ampliaram o campo de atuação do profissional da psicologia, demandaram uma mudança epistemológica, ética e política da própria psicologia, que além de ampliar os limites da teoria, precisou ampliar o escopo de suas ações para além da clínica individual. Foi necessário a expansão do *setting* clínico tradicional e a articulação dos saberes clínicos psicológicos com uma nova gama de outros saberes (Conselho Federal de Psicologia, 2011).

Com essas mudanças a formação desse profissional entra em pauta, procurando formar profissionais que consigam desenvolver práticas condizentes com essa nova perspectiva de cuidado, que sejam alinhadas com as necessidades da população, e considere as diferentes dimensões da vida de um sujeito (Reis & Guareschi, 2013; Dimenstein e Macedo, 2010).

Isto posto, o objetivo deste trabalho pressupõe fomentar as discussões sobre formação dos psicólogos para atuação nas políticas públicas de saúde, assim como o papel social da Universidade frente à comunidade a qual integra. Para isso, nos utilizaremos do relato de uma experiência de atividades práticas da disciplina Clínica em Saúde II do curso de Psicologia.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O curso de Psicologia da Universidade Evangélica de Goiás tem compromisso com a formação de profissionais capacitados e éticos, que sejam aptos a atuar nos mais variados contextos, dentre eles as políticas públicas de saúde. De modo a preparar o alunado para enfrentar os diversos desafios teóricos e práticos da vivência profissional, a UniEvangélica estrutura-se de modo a fomentar o diálogo entre teoria e prática durante todo o curso e não apenas nos estágios específicos, possibilitando a criação de uma *práxis* comprometida com a transformação social.

As disciplinas Clínica em Saúde I e Clínica em Saúde II se propõem a discutir a inserção, interação e prática do profissional no contexto das políticas de saúde, assim como os aspectos psicológicos nele envolvido. A primeira aborda o Sistema Único de Saúde, seus princípios e diretrizes, a atuação nos diferentes níveis de atenção e o trabalho em equipes multiprofissionais. Como integração de clínica em saúde I, a segunda busca articular o raciocínio clínico à construção do processo saúde-doença nas diversas fases do ciclo da vida.

É na disciplina clínica em saúde II, com carga horária de 80 horas, sendo 40 delas reservadas para atividades práticas, que se deu a experiência aqui relatada. Em parceria com a rede municipal de saúde mental, foi produzido um jornal com a temática saúde mental a partir de oficinas realizadas em cinco serviços: Centro de Atenção Psicossocial álcool e outras drogas (CAPS ad), Centro de Atenção Psicossocial adulto (CAPS), Centro de Atenção Psicossocial infantil (CAPSi), Ambulatório de Saúde Mental e Universidade Aberta a Pessoa Idosa (UNIAPI). É importante ressaltar que considerando o momento sanitário que vivemos, todos os protocolos de biossegurança foram considerados no planejamento e execução das oficinas.

O projeto foi realizado em três etapas, sendo a primeira a aproximação dos alunos com o estabelecimento e com a equipe através de uma reunião, para que os alunos pudessem conhecer o

funcionamento do estabelecimento em questão e as principais demandas. A partir das informações recebidas os alunos planejaram e realizaram uma oficina terapêutica que melhor pudesse contribuir para o local, sendo essa a segunda etapa. Em todas as oficinas, os participantes ou um responsável legal, assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para obtenção e utilização de imagens e depoimentos. A terceira etapa foi a construção de um jornal resultante das oficinas nomeado Saúde Mental em [con]Texto.

Em parceria com a Casa do Hip Hop, o grupo responsável pela oficina no CAPS infantil, fez uma oficina de *grafitti*, com a temática colorindo a vida. Seu objetivo foi promover a transversalidade na instituição e a expressão subjetiva dos adolescentes. Duas oficinas foram realizadas no Ambulatório Municipal de Saúde Mental, sendo uma com o público infantil e outra com homens adultos. A primeira foi uma oficina de expressão chamada de Brincateria, visando promover a quebra de estigmas sociais relacionados ao adoecimento psíquico e permitir que as crianças tenham contato com formas diferentes de expressão da realidade. Com os adultos foi realizado um cine-debate sobre masculinidades a partir do documentário O silêncio dos Homens.

Nos CAPS adulto, álcool e outras drogas foram realizadas oficinas de expressão, se utilizando da dinâmica da colcha de retalhos e a leitura de poemas, respectivamente. Ambas evocando a potência transformadora da narrativa da história de vida, ressignificação do processo de adoecimento e a tecitura de uma rede de apoio. Já na UNIAPI a temática abordada foi o luto em uma roda de conversa com o Título: Lembrar e ser lembrado.

DISCUSSÃO

Em meados da década de 70 a psicologia inicia um movimento de reforma da sua *práxis*, afirmando seu compromisso social, isto é, compromete-se com a realidade social do país e sua transformação. Com esse novo direcionamento ético, a Psicologia contribui ativamente para os movimentos das Reformas Sanitária e Psiquiátricas, que ao mesmo tempo desafiaram a prática tradicional desta. A formação desse profissional tem sido foco de debate apontando a necessidade de ações que proporcionem preparo para atuação crítica no campo das políticas públicas (Conselho Federal de Psicologia, 2011).

Considerando o importante papel social da Universidade com a comunidade em que está inserida, as atividades práticas aqui relatadas também objetivou contribuir ativamente com as demandas comunitárias, com os avanços das políticas públicas e a reabilitação psicossocial, além da formação de excelência para atuação nas políticas públicas. Às vistas disso, a prática relatada levou em consideração os princípios e diretrizes do SUS e o direcionamento ético prático do modelo psicossocial, buscando promover a reabilitação psicossocial.

A Associação Internacional de Serviços de Reabilitação Psicossocial (1985, *apud* Pitta, 2016, p.27-28) define esta como

o processo de facilitar, ao indivíduo com limitações, a restauração, no melhor nível possível de autonomia do exercício de suas funções na comunidade (...) o processo enfatizaria as partes mais sadias e a totalidade de potenciais do indivíduo, mediante uma abordagem compreensiva e um suporte vocacional, residencial, social, recreacional, educacional, ajustados às demandas singulares de cada indivíduo e cada situação de modo personalizado.

Saraceno (2011) enfatizando o cenário onde se dão os processos de reabilitação psicossocial,

que deve conter as características situacionais do paciente, a define como um conjunto de estratégias que visam aumentar as oportunidades de trocas de recursos e afetos. É justamente nessa troca, no aumento do poder contratual do paciente, que se dá o efeito reabilitador. Assim, para que esse poder de contratualidade se amplie, é necessário o desmonte de estigmas e preconceitos que prevalecem no imaginário social, dificultando, até mesmo impedindo, o exercício da cidadania dessas pessoas e a sua (re)inserção social.

Deste modo, apesar das diferentes concepções no que tange à reabilitação psicossocial, que muitas vezes são contrastantes, um ponto de convergência é a importância da transformação do olhar comunitário/social sobre os processos de adoecimento psíquico, desconstruindo falácias e concepções estigmatizantes, possibilitando assim espaços de trocas sociais para além dos serviços de referência (Pitta, 2016; Kinoshita, 2016; Guerra, 2004). É importante ressaltar que a reabilitação psicossocial, tanto como postura ética como conjunto de ações, deve direcionar as ações do psicólogo nas políticas públicas de saúde mental.

Oficinas terapêuticas são ferramentas potentes para o processo de reabilitação psicossocial. Essas oficinas ganham lugar de destaque tanto no papel terapêutico quanto na reinserção social, pois permite acolhimento, convivência, livre expressão e mediação do diálogo. Destacamos aqui as oficinas de expressão e criação, como oficinas de produção de jornal.

Diversas experiências (Oliveira, Conceição, 2009; Zanoti, s. v., et. al. 2010; Nunes, et. al., 2015) demonstram a importância e potencialidades das oficinas de jornal enquanto dispositivo de reabilitação psicossocial. Nunes, et. al. (2010), a partir de sua experiência após a implantação da oficina em um CAPS, identificaram mudanças na comunicação, no ato de contar e construir histórias, e na convivência estabelecida entre os integrantes do grupo. Em suma, a produção do jornal configura-se como poderosa ferramenta de interação social e o primeiro passo em direção ao exercício da cidadania dos usuários da rede de atenção psicossocial, objetivos tão caros às políticas públicas de saúde mental e para a atuação ética do psicólogo.

CONCLUSÃO

Adorno (1995) nos mostra que mais do que mera transmissão de conhecimento ou modelagem de pessoas, a educação é a produção de uma consciência crítica verdadeira. Nesse sentido, a universidade como aponta Libâneo (2003) e Resende (2005) tem a função de formar profissionais-cidadãos, possibilitando a aprendizagem de conceitos, teorias, o desenvolvimento de capacidades e habilidades, assim como a formação de atitudes e valores, encaminhando o discente para a sua autonomia.

Com o compromisso de transformação social e a construção de uma sociedade democrática, a universidade tem papel fundamental para um funcionamento exitoso das políticas públicas. Nessa perspectiva, a experiência relatada assume importância fundamental para a efetivação do papel da Universidade na formação educativa dos profissionais-cidadãos, quanto na transformação social.

No que tange à formação em psicologia, é de suma importância a atividades que permitam a construção de um saber que considere o sujeito em sua complexidade, de uma clínica ampliada e que possibilite a articulação desse saber com a experiência prática de modo que esses futuros profissionais atuem mais alinhados a nova proposta de cuidado trazidos pelos movimentos reformistas sanitário e psiquiátrico, o modelo psicossocial.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. Educação e Emancipação. Trad. Wolfgang Leo Maar. In: Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- Conselho Federal de Psicologia. Senhoras e senhores gestores da Saúde, Como a Psicologia pode contribuir para o avanço do SUS. Brasília-DF, 2013.
- Dimenstein, M., & Macedo, J. P. Desafios para o fortalecimento da Psicologia no SUS: A produção referente à formação e inserção profissional. In M. J. P. Spink (Org.), *A Psicologia em diálogo com o SUS: Prática profissional e produção acadêmica* (pp. 207-232). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- Guerra, A. M. C. Reabilitação psicossocial no campo da reforma psiquiátrica: uma reflexão sobre o controverso conceito e seus possíveis paradigmas. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. Vol.3 n.2, p. 83-96, 2004.
- Kinoshita, R. T. Contratualidade e reabilitação psicossocial. Pitta, A. M. F. *Reabilitação Psicossocial no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 2016.
- Libâneo, José Carlos. O ensino de graduação na universidade: a aula universitária. Goiânia: UCG, 2003
- Nunes, V. S.; Torres, M. A.; Zanoti, S.V. O psicólogo no caps: um estudo sobre oficinas terapêuticas. *ECOS: Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, Vol. 5, N.2, 2015.
- Oliveira, J.P.; Conceição, H. R. M. A voz dos pacientes- um jornal normal: uma oficina terapêutica no caps. In: 5º Congresso de extensão universitária da UNESP. 2009. Águas de lindóia, 2009
- Paim, J. S. O que é SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009
- Pitta, A. M. F. O que é reabilitação psicossocial no Brasil, hoje? In:_____. *Reabilitação Psicossocial no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 2016.
- Reis, C. dos, & Guareschi, N. M. de F. A formação em Psicologia: Desafios para a inserção profissional nas políticas públicas de saúde. In A. M. C. Ximendes, C. dos Reis, & R. W. de Oliveira (Orgs.), *Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias*. Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2013.
- Resende, Maria do Rosário Silva. Formação e autonomia do professor universitário: um estudo na Universidade Federal de Goiás. 2005. 206 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- Saraceno, B. Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível. 2. Ed. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/TeCorá, 2011
- Souza, M. V. C., Lemkuhl, I. e Bastos, J. L. (2015). Discriminação e transtornos mentais comuns de estudantes de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 18 (3), p. 525-537, 2015.
- Zanotti, S. V. et al. Jornal do CAPS: Construção de histórias em Oficinas Terapêuticas [internet]. *Rev. PSICO*, Porto Alegre, v. 41, n. 2: p. 278-284, 2010.